



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

### FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A HERANÇA DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Sandra Mara Vieira Oliveira\*  
(UESB)

#### RESUMO

O artigo tem o objetivo de analisar o processo de formação de professores no século XIX, utilizando como marco temporal a chegada da família real portuguesa e a proclamação da República. Comenta sobre as mudanças implementadas no ensino após a chegada de D. João VI, ficando evidente que este momento para o contexto brasileiro se apresenta como um divisor de águas. Contextualiza o início do período imperial e uma nova orientação na política educacional que culmina com a lei de 15 de Outubro de 1827 que será invalidada posteriormente com o Ato Adicional de 1834. Analisa a formação docente neste contexto, com a criação em 1835 da primeira Escola Normal do Brasil em Niterói – RJ, e finaliza discorrendo sobre os espaços escolares ocupados pelos docentes no XIX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação docente; Instrução primária; Império.

#### INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar o processo de formação de professores no século XIX, tendo como marco temporal a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808 e o final do Império, em 1889, ano da proclamação da República. A herança colonial deixou como legado para a sociedade brasileira da época, segundo Azevedo (1996, p.550) uma “[...] paisagem escolar, sem colorido e sem relevo [...]”, que só veio

---

\*Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: sand-67@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

apresentar mudanças significativas com a instalação da corte portuguesa no Brasil. Foram várias as ações implementadas por D. João VI após sua chegada ao Brasil, dentre elas, a criação da Imprensa Régia em 1808, a organização da Biblioteca Nacional em 1810 a partir da doação de sessenta mil volumes pertencentes a real Biblioteca do Palácio da Ajuda e trazidas por D. João VI (AZEVEDO, 1996, p. 551), a criação do Museu real em 1818 e a primeira revista “As variações ou ensaios de Literatura” em 1813. Em relação à questão educacional, Azevedo (1996, p. 552-553) destaca que:

[...] quase toda a obra escolar de D. João VI, impelida pelo cuidado de utilidade prática e imediata, pode-se dizer que foi uma ruptura completa com o programa escolástico e literário do período colonial, [...] ela representa, [...] não só uma das fases mais importantes de nossa evolução cultural, mas o período mais fecundo em que foram lançadas por D. João VI os germes de numerosas instituições nacionais de cultura e educação.

Fica evidente que este momento para o contexto brasileiro se apresenta como um divisor de águas, onde as possibilidades de mudanças se materializam em ações significativas, que mesmo circunscritas a um determinado recorte espacial, neste caso a antiga capital colonial e o Rio de Janeiro, permite antever transformações significativas na sociedade brasileira. Em relação à questão educacional, com o objetivo de promover a semente do processo de unificação do ensino, ocorreu a adoção de métodos de aprendizagem afim de que a diversidade de formação (família, igreja, preceptores, etc) pudesse ter um único objetivo, uma só visão. Contudo, somente a partir da proclamação da Independência do Brasil e, 1822 e implementação do Império brasileiro, vai se perceber uma nova orientação na política educacional, culminando com a lei de 15 de Outubro de 1827 que determina a



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos. Contudo o Ato Adicional de 1834 que “[...] transferia às Assembléias provinciais o encargo de regular a instrução pública primária e secundária [...]” (AZEVEDO, 1996, p. 555), vai invalidar a primeira iniciativa legal de organização de um sistema nacional de instrução básica, evidenciando que na verdade o que era proclamado nos discursos oficiais dos dirigentes da época, profundamente influenciados pelas idéias liberais iluministas, em relação à importância da educação enquanto elemento constitutivo de uma identidade nacional, pouco se verificava na prática. Havia uma distância significativa entre o que era apregoado como ideal e o que se realizava efetivamente no campo educacional, haja vista este processo de descentralização da instrução primária e secundária, que de imediato tirava da administração nacional a responsabilidade com o processo de escolarização das classes populares, ficando a seu encargo, em síntese, apenas o ensino superior, num processo evidente de elitização do ensino.

Conforme Xavier (1992, p. 128),

A proclamação da preocupação com a educação popular foi uma das estratégias utilizadas pela minoria dirigente para dissimular as suas reais preocupações. [...] da mesma forma que se proclamava apenas formalmente a “soberania nacional”, a “representatividade de interesses” e outros postulados liberais, era necessário que se proclamasse a “escola universal”, sob o risco de por às claras os interesses de classe que se escondiam por trás dos tão apregoados “interesses nacionais”.

Nesta perspectiva, como se pensar a formação dos professores que atuavam nos espaços de escolarização da época? A história da formação docente no Brasil é relativamente recente. Tanuri (1970, p. 14), ao analisar a maneira como os professores do ensino público adquiriam seus conhecimentos, explica que “[...] as



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

primeiras instituições brasileiras fundadas com o objetivo, embora não exclusivo nem específico de formar o professor primário, foram as próprias Escolas de Primeiras Letras [...]”. A utilização do Método Lancaster, ou seja, o ensino mútuo, nestas escolas para a instrução das massas, era uma alternativa bem aceita que poderia levar a escolarização aos pontos mais distantes da província, neste sentido, o preparo dos docentes se restringia à compreensão do método. Havia uma necessidade latente de um espaço para formação docente. O processo de implantação dos espaços escolares para a instrução pública, mesmo com os entraves políticos e sociais do período imperial, prosseguia; conseqüentemente as demandas por professores também aumentava. É neste contexto que se organiza, em 1835, a primeira Escola Normal brasileira, em Niterói-RJ, com o objetivo de contribuir para uma melhoria na formação docente, tendo inicialmente um curso com duração de dois anos em nível secundário.

Segundo Schaffrath (2008, p. 142),

As concepções iluministas, e com elas a crença de que a educação seria o vetor de formação dos cidadãos e dos quadros que iriam compor o estado Moderno, fizeram com que a instrução pública se tornasse uma das prioridades nos governos europeus e nas novas nações americanas. Neste sentido, a estruturação de escolas de formação docente se fazia necessário a fim de difundir os padrões culturais e morais indispensáveis à consolidação dos Estados Nacionais.

Na primeira Escola Normal do Brasil, o currículo não se diferenciava muito das escolas primárias, sendo inseridas noções básicas de didática e leitura. A formação que era oferecida pela escola englobava então ler e escrever pelo método de Lancaster, efetuar as quatro operações matemáticas e proporções, noções da língua pátria, elementos básicos de Geografia e princípios de moral cristã (TANURI, 1970,



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

p.16). A lentidão no processo de formação docente e o alto índice de evasão deram origem a diversas críticas ao desempenho da escola Normal de Niterói na sua fase inicial de implantação, contudo, segundo Schaffrath (2008, p.152) “[...] a Escola Normal fluminense [...] foi a precursora do projeto público, gestado pelas elites, para a formação de professores no Brasil e a partir dela muitas outras Escolas Normais foram estruturadas em todo país”.

A partir destas análises surgiram algumas indagações: Quais outros espaços escolares eram ocupados pelos docentes no século XIX? Que papéis desempenhavam estes professores? A sociedade do XIX pouco se modificou com a independência, permanecia privilegiando os homens livres e detentores de posses, em detrimento daqueles que não tinham acesso a bens e nem à liberdade. A mulher, tratada com superioridade pelo homem, e ao qual se submetia, se enclausurava nas casas-grandes, cumprindo a sua função de esposa e mãe ao molde de uma sociedade patriarcal. A criança, tratada como anjo até os cinco ou seis anos e posteriormente como demônio, segundo Gilberto Freyre, tinha jeito de adultos em miniatura. Era uma sociedade normatizada pelos interesses materiais de uma oligarquia rural, onde se aprofundava cada vez mais a distância entre a elite e as classes populares (AZEVEDO, 1996, p. 563). É neste contexto que se insere o docente do XIX, segundo Nóvoa (1995, p.16) um profissional que não devia saber demais, nem de menos; não devia se misturar com o povo, nem com a burguesia; não devia ser pobre, nem rico; não era funcionário público, nem profissional liberal; ou seja, a representação social que se tinha do docente era muito próxima do sacerdócio.

Desta maneira, vamos encontrar este professor atuando em diversos espaços escolares. Maria Celi C. Vasconcelos em sua obra “A casa e os seus mestres” (2005, p. 12-13) apresenta uma categorização da educação doméstica realizada no XIX:



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

Professores particulares: também chamados de mestres particulares ou mestres que davam lições “por casa”, [...]. Preceptores: eram mestres ou mestras que moravam na residência da família, às vezes, estrangeiros, contratados para a educação das crianças e jovens da casa [...]. Aulas-domésticas: eram aulas ministradas no espaço da própria casa, por membros da família, mãe, pai, tios, tias, avós, ou até mesmo pelo padre capelão, [...].

Mestre-escola: eram mestres que ministravam aulas em sua própria casa para crianças e jovens de diversas famílias, [...]. Colégios particulares: eram espaços destinados à educação e instrução de crianças e jovens.

A autora afirma ainda que a educação nas casas era uma opção educacional das elites que pretendia dar uma educação diferenciada para seus filhos, sendo esta prática reconhecida oficialmente, e que conviviam com a existência de escolas públicas e colégios particulares precarizados pela própria negligência do Estado que efetivamente não assumia o papel de responsabilidade pelo ensino primário. Havia exceções como o Colégio Pedro II, um estabelecimento oficial de ensino preferido pela elite urbana e aristocracia cafeicultora do Império. (2005, p.15, 50).

Conforme Aranha (1996, p.151) “[...] no século XIX ainda não há propriamente o que poderia ser chamada de uma ‘pedagogia brasileira’. No entanto, alguns intelectuais, influenciados por idéias européias tentam imprimir novos rumos à educação, ora apresentando projetos de lei, ora criando escolas”. Assim, se a herança colonial para o Império foi uma “[...] paisagem escolar, sem colorido e sem relevo [...]”, (AZEVEDO, 1996, p. 550), o governo Imperial não avançou tanto, deixando como herança para a República uma massa populacional de analfabetos desprovidos de capital cultural, uma rede escolar primária precária, uma escola secundária freqüentada pelos filhos da elite aristocrática, professores mal formados e mal remunerados e um longo caminho ainda a se percorrer no sentido de se alcançar uma identidade nacional e uma Educação que realmente viesse a preencher as lacunas sociais e culturais de um país em formação.



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

### REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia A. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- AZEVEDO, Fernando de. As origens das instituições escolares. In: **A cultura brasileira**. Parte III – A transmissão da cultura. 6ª Ed. Brasília: Editora UNB, 1996. p. 545-601.
- NÓVOA, Antonio (coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores**. In: I Encontro Interdisciplinar de Pesquisa em Artes, 2008, Curitiba. Anais do I Encontro Interdisciplinar de Pesquisa em Artes, 2008.
- TANURI, Leonor M. **Contribuição para o estudo da escola Normal no Brasil**. São Paulo: CRPE, n. 13, 1970.
- VASCONCELOS, M<sup>a</sup> Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: a Educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.
- XAVIER, M<sup>a</sup> Elizabete Sampaio Prado. **Nova República e as Tendências Ideológicas da Educação**. Educação e Sociedade, Campinas: Unicamp, SP, v. 1, n. 42, p. 228 – 233, 1992.